



José Ferreira Neves Neto é nomeado pelo presidente Lula para o TRF2

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou, no dia 30 de junho, o juiz federal José Ferreira Neves Neto como o mais novo integrante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). O ato foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, no dia 1º de julho. Titular da 1ª Vara Federal Cível de Vitória, o magistrado fora indicado no dia 27 de maio, por unanimidade, pelo Plenário do Tribunal. Ele vai ocupar a vaga destinada à promoção pelo critério de antiguidade deixada pelo desembargador federal Paulo Freitas Barata, que se aposentou este ano.

Ferreira Neves é pernambucano e ingressou na carreira judicante após ser aprovado, em 1987, no último concurso para juiz federal substituto realizado pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR), extinto pela Constituição para dar lugar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aos cinco TRFs. Em fevereiro de 1988, o magistrado foi empossado como juiz auxiliar da 1ª Vara Federal do Pará. Em outubro, foi removido, a pedido, para a Justiça Federal do Espírito Santo. www.trf2.jus.br

Eloá Alves se afasta da JFES para atuar no TRE até novembro



A juíza federal Eloá Alves Ferreira de Mattos, titular da 6ª Vara Federal Cível de Vitória, despediu-se nesta quarta-feira da Justiça Federal e só volta às atividades na Seccional no final do ano. De **1º de julho a 5 de novembro** a magistrada atuará exclusivamente na Justiça Eleitoral capixaba. Responderá pela titularidade da 6ª Vara Cível, provisoriamente, conforme ato da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, a juíza federal substituta Renata Coelho Padilha, que estava em auxílio à 2ª Vara Federal Criminal.

A Resolução TRE/ES nº 90/2010, que deferiu o afastamento da magistrada e de todos os demais membros do TRE/ES, foi homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 20 de abril, por unanimidade, nos termos do voto do relator, Ministro Marco Aurélio. Votaram com o relator os ministros Dias Toffoli, Aldir Passarinho Junior, Hamilton Carvalhido, Marcelo Ribeiro, Arnaldo Versiani e Ricardo Lewandowski (presidente). A [ata do julgamento](#) foi publicada no Diário da Justiça Eleitoral do TSE em 14 de junho.

Expediente suspenso na sexta-feira, dia 2

O expediente do TRF2 e das Seções Judiciárias do RJ e ES está suspenso no dia 2 de julho, em razão do jogo da seleção brasileira. Prorrogam-se até o primeiro dia útil subsequente os prazos processuais que vencerem ou iniciarem nessa data. A suspensão do expediente está amparada na Resolução nº 06, de 2 de junho de 2010, assinada pelo presidente do TRF da 2ª Região.



CJF aprova Tomada de Contas da Justiça Federal

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou a Tomada de Contas Anual do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus relativa ao exercício de 2009. Sob a presidência do ministro Cesar Asfor Rocha, o Colegiado aprovou as conclusões do Relatório de Auditoria e do parecer da Secretaria de Controle Interno do CJF, determinando a remessa deles ao Tribunal de Contas da União para julgamento, conforme determina a legislação em vigor. A auditoria sobre os atos de gestão praticados pelo Conselho e pela Justiça Federal de 1º e 2º graus comprovou a regularidade das contas dos gestores responsáveis.

Tomada de Contas é um processo organizado anualmente pelas unidades jurisdicionadas, definidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em cada exercício. O processo tem por objetivo avaliar a conformidade e o desempenho da gestão dos administradores públicos com base em documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. **Imprensa CJF**

Iluminuras entrevista autora sobre relativização da coisa julgada

No programa Iluminuras desta semana você vai conhecer a obra rara “As obras do Doctor Francisco de SAA de Miranda”. Esta raridade foi impressa no ano de 1614, em Lisboa. O autor, Sá de Miranda, revolucionou a poesia portuguesa pelas novas formas que introduziu e pelos valores morais que defendeu.

No Encontro com Autor você vai ver uma entrevista com a mestre em Direito, professora e especialista em Direito Constitucional, Carolina de Albuquerque. Ela vem ao programa falar sobre seu livro: “Direito Fundamental à Coisa Julgada: Problemas Constitucionais de sua Relativização”. Na entrevista, a autora explica porque resolveu escrever sobre o tema: “Proximamente, a gente tem uma discussão muito clara no Direito Processual Civil sobre a possibilidade de relativização da coisa julgada e a escolha do tema foi para realizar essa mesma discussão, mas em balizas especificamente constitucionais, tentando também verificar essa problemática que o Estado tem em conseguir balancear a segurança jurídica e a justiça, nos casos concretos”.

Já no Ex-Libris, você vai conhecer a biblioteca pessoal do advogado, José Alberto Couto Maciel, que atua na área trabalhista e tem mais de 30 títulos publicados. O livro “Direito do Trabalho ao Alcance de Todos” já vendeu mais de um milhão de exemplares e foi traduzido em braile. José Alberto ainda divide seu tempo livre entre a pintura, a música, e a leitura de biografias e obras de literatura nacional e estrangeira.

E o Iluminuras mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. São eles: “Manual de Introdução ao Estudo do Direito”, de Dimitri Dimoulis, da Editora Revista dos Tribunais; “Recursos Cíveis Ordinários”, de Aderbal Torres de Amorim, da Editora Livraria do Advogado; e “Manual de Direito Processual do Trabalho”, de Mauro Schiavi, da Editora LTr.

O programa inédito vai ao ar na TV Justiça, quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: sábado, 18h; segunda-feira, 13h30, terça-feira, 10h30. O Iluminuras também está no YouTube. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras. Assessoria

do Iluminuras

CJF vai encaminhar ao Executivo anteprojeto para estruturar turmas recursais dos JEFS

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou nesta terça-feira (29/6) o envio ao Poder Executivo do texto de anteprojeto que propõe alteração do Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2010. O objetivo é viabilizar o provimento, ainda em 2010, de mais 552 cargos e funções, dentre os criados pela Lei 12.011/2009, para destiná-los à estruturação das turmas recursais e da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. (...) **Imprensa CJF**

Aprovada resolução que regulamenta pagamento de precatórios pelo Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nesta terça-feira (29/06) proposta de resolução que regulamenta o pagamento de precatórios pelo Judiciário. De acordo com o relator da proposta, conselheiro Ives Gandra Martins Filho, a medida dará cumprimento efetivo à Emenda Constitucional 62 aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2009. A Emenda 62 transferiu para os tribunais a responsabilidade pelo pagamento dos precatórios. “Agora não tem como deixar de fazer o pagamento por falta de regulamentação da matéria”, disse o ministro. Confira [aqui](#) a íntegra da resolução. (...) **EN/MM - Agência CNJ de Notícias**

Ministro Peluso assina convênio para melhoria dos hospitais de custódia

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os ministérios da Justiça, Saúde e Desenvolvimento Social assinaram nesta terça-feira (29/06) termo de cooperação técnica para realização de mutirões das medidas de segurança, que são impostas aos portadores de doenças mentais. O acordo prevê a conjugação de esforços para a integração social das pessoas internadas em Hospitais de Custódia e a revisão periódica das medidas de segurança. (...) **EN/MM - Agência CNJ de Notícias**

Prazo de validade do alvará de levantamento passa de 30 para 60 dias

O colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF), em sessão realizada nesta terça-feira (29), aprovou proposta da ampliação do prazo de validade do Alvará de Levantamento, atualmente fixado em 30 dias, para 60 dias. O prazo está previsto no art. 1º da Resolução CJF 545/2007, que dessa forma será alterado. A proposta foi relatada pelo ministro Francisco Falcão, corregedor-geral da Justiça Federal, que observou que a dilatação do prazo não fere qualquer dispositivo processual legal. (...) **Imprensa CJF**

Concursos na Justiça Federal deverão ter lista especial de portadores de deficiência

A publicação final dos resultados dos concursos públicos para servidores da Justiça Federal deverá ser feita em duas listas, a primeira com a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos. A regra foi aprovada pelo Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF) em sessão realizada nesta terça-feira (29), nos termos do voto do desembargador federal Paulo Espírito, presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. (...) **Imprensa CJF**

Direitos do Consumidor são destaque desta edição do Via Legal

Nesta semana, o programa Via Legal tem como destaque principal os direitos do consumidor. São três reportagens abordando o assunto que interessa a todos. Viviane Rosa esteve no Espírito Santo, mais precisamente na cidade de São Mateus onde a Justiça Federal analisa um processo que pode garantir o dinheiro de volta a quem comprou gasolina adulterada. A intenção dos procuradores que entraram com a ação é fechar ainda mais o cerco contra a venda de combustíveis irregulares. (...) **Imprensa CJF**